



**SENADO FEDERAL
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO**

**11ª REUNIÃO MISTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3/2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.
REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2006 ÀS 14 HORAS E 41 MINUTOS.**

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE):

Havendo número regimental declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 3/2005 destinado a efetuar estudos, visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o Salário Mínimo do País.

Esclareço que a pauta dessa Reunião destina-se a ouvir o CONSEA, através do Conselheiro de Segurança Alimentar, Sr. José de Arimatéia Rodrigues, aqui presente. A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a mesa. Coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

Nós queremos, nesse momento, convidar o Dr. José Arimatéia Rodrigues para fazer a sua apresentação do seu trabalho, como representante do CONSEA e, acreditamos, da mais alta importância ouvirmos, aqui, o Conselho de Segurança Alimentar, nós, que temos acompanhado, esse trabalho do CONSEA em nosso País, através de diversas iniciativas, principalmente no nordeste, com o trabalho que é feito na região do semi-árido e discutirmos, dentro de todo esse contexto, os diversos programas sociais nessa discussão das políticas públicas importantes do Governo Federal no que se refere à diminuição da fome em nosso País, destacando, entre elas, o programa Fome Zero que, através do Bolsa Família, tem feito um trabalho muito importante na região nordestina.

Eu costumo dizer, Dr. José de Arimatéia Rodrigues, para as elites desse País, que, a todo momento, prestam depoimento e questionam o programa Fome Zero, o Bolsa Família, que nós, do nordeste, conhecemos a realidade da nossa região, sabemos da importância que é, hoje, o Bolsa Família para a diminuição da fome no nordeste e eu, que sou filho de um município no interior do Estado do Sergipe e sei o que representa o Bolsa Família para a nossa comunidade. Mas é muito importante para nós, aqui, ouvirmos a sua apresentação porque essa Comissão está debruçada sobre a questão de uma política permanente de Salário Mínimo para o País, temos discutido aqui com diversas entidades e é oportuno ouvirmos o CONSEA, hoje, como já ouvimos aqui representantes dos trabalhadores, dos empresários, da sociedade civil, de organismos do Governo e vamos encerrar essa parte, Senador Paulo Paim, com a ouvida do Ministro da Previdência. Nos fixamos, também aqui, nessa Comissão, a assumir uma

posição de defesa, também, dos aposentados e pensionistas desse País, Senador Paulo Paim, eu quero informar a V. Ex^a., em primeira mão, à Deputada Vanessa Grazziotin que, na última quarta-feira, viajamos com o Presidente Lula à Sergipe, onde ele foi instalar o novo Campus da Universidade Federal do meu Estado, no interior de Sergipe, no Município de Itabaiana e aproveitamos a viagem, Senador, para conversar com o Presidente Lula sobre a questão do reajuste dos aposentados e pensionistas. Esse foi um dos assuntos que tratamos durante a viagem à Sergipe e eu encontrei o Presidente motivado para que se pudesse fazer alguma coisa, em favor dos aposentados e pensionistas, acima daquilo que define o índice do INPC. De sorte que eu gostaria, depois, de conversar com V. Ex^a., Senador, de forma para discutirmos as propostas do setor e, inclusive, termos a conversa que a nossa Comissão definiu na visita ao Ministério da Previdência Social. Com essas considerações e pedindo desculpas pela demora nessas observações, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. José de Arimatéia Rodrigues para suas palavras.

SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA RODRIGUES: Boa tarde a todos e a todas aqui presentes, gostaria de saudar a Presidência, Sr. Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim, Deputada Vanessa, aos outros Deputados que aqui estão, dizer da alegria de estar aqui nesse momento representando o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional que tem, como Presidente, o nosso companheiro Chico Menezes que teve uma série de atividades, também hoje, que poderia estar aqui conosco, contribuindo com esse debate. Mas dizer da importância, Deputados, Senadores, desse momento histórico para o Brasil.

Como o próprio Deputado Jackson Barreto coloca, a importância da segurança alimentar é fundamental para o desenvolvimento do nosso povo, para o cumprimento das ações de qualquer ser humano no sentido de fazer valer o seu direito de cidadania, de cidadão. Então, Deputado Jackson Barreto, eu fico muito feliz em estar aqui representando o CONSEA, eu sou representante da Sociedade Civil, represento a Central Única dos Trabalhadores no CONSEA que, além de nós, da sociedade civil, tem bastante representantes, também, dos Governos e tem uma rede articulada que tende, exatamente, a refletir, sugerir e, com os outros segmentos da sociedade, construir, efetivamente, uma política de segurança alimentar e nutricional. Eu já posso? Discutir o Salário Mínimo, para a gente, até pela sua origem, ele, na verdade, já demonstra que a sua finalidade foi, exatamente, para isso.

Em 1940 teve duas políticas, introduzidas duas políticas. A primeira durou até 1964, Paulo Paim e aqui dizer da importância desse momento, dessa Comissão, sobre a sua regência, Deputado Jackson Barreto e do Senador Paulo Paim, porque, até 1964, nós tínhamos, na verdade, uma participação da sociedade brasileira, através dos trabalhadores, dos empresários e do Governo. Após a implementação, em 1964, da ditadura, nós perdemos essa qualidade. Hoje o Governo acerta em resgatar e colocar na mesa seus Ministros, os representantes dos trabalhadores através das Centrais Sindicais e o Congresso, também, ao criar Comissão para debater assuntos, na Câmara dos Deputados e aqui, no Senado. Estabeleceu-se uma

das maiores negociações da história, pois hoje são milhões, são milhares de brasileiros ativos e inativos que recebem um Salário Mínimo e outros milhões que o utiliza, como referência, a sua remuneração e Paulo Paim sabe, exatamente, com muito mais detalhe essa função. Com debate à constituição de uma política permanente através desses poderes, nós acreditamos que o Brasil pode acordar, o Brasil pode acordar para resgatar o seu grande papel de defensor de um Salário Mínimo como uma das maiores importantes políticas sociais universais do País. Com fortes efeitos favoráveis na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda no País.

Eu diria que o Salário Mínimo pode ser uma política, considerada uma das políticas mais estruturantes desse País, Paulo Paim, digo isso com muita segurança. Pode passar. Surgiram, nessa jornada, duas posições que, aparentemente, são antagônicas, umas que defendem, do ponto de vista que as políticas devem ser universais, tão amplas quanto possíveis, de modo a atingir o maior número de indivíduos. E os que criticam o fato das políticas universais serem pouco eficientes no combate da pobreza e na má distribuição de renda na medida que beneficia também pessoas que já se encontram em situação relevantemente privilegiada na sociedade. Em vez de utilizar de políticas universais versus políticas focalizadas, é mais saudável para todos nós, combinarmos dois tipos de política.

As primeiras fornecem o pano de fundo da política social do País, enquanto as segundas servem para o enfrentamento das questões emergenciais, associadas a grupos específicos (inaudível 09:55) que precisa e deve ser protegida, assim como o Deputado Jackson Barreto coloca agora a pouco e faz a referência ao Bolsa Família. Dentro dessas políticas o Bolsa Família tem, efetivamente, ajudado, de forma parcial, a diminuir a insegurança, a diminuir insegurança alimentar de parte das camadas mais pobres, onde o Estado ainda não cumpriu, efetivamente, suas funções. Hoje atendendo 7,5 milhões de famílias e 31 milhões de pessoas onde 87,2% das famílias declaram que gastam o dinheiro do benefício com alimentação e 82,4% afirmando que a alimentação da família melhorou após o rendimento, após o recebimento do benefício.

Para nós resta dúvida sobre a efetiva superação, sendo os recursos insuficientes para manter uma alimentação adequada e saudável durante o mês. O que é segurança alimentar e nutricional? Para nós, todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade e quantidade suficiente de modo permanente. E isso é o que chamamos de segurança alimentar, é isso que chamamos segurança alimentar e nutricional. Ela deve ser, totalmente, baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, sem nunca comprometer o acesso às outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente respeitando as particularidades e características culturais de cada região.

E o Brasil, como todo País soberano, faz questão de garantir a segurança alimentar e nutricional do seu povo. Podemos, Deputado Jackson Barreto, fazer, já aí, uma comparação do que nós tivemos e da importância do Salário Mínimo para a cesta básica e para alimentação do nosso povo. De 1995 dá para se ver, ali no gráfico, quanto o trabalhador, praticamente, ficou caracterizado que seu trabalho passava a ser escravidão, porque a

partir do momento que o Salário Mínimo, Paulo Paim, estabelece uma cesta básica, então, na verdade, esse trabalhador está trabalhando pela alimentação, só faltando o que acontecia, nesse Brasil, no tempo da escravidão. Nós tivemos, na verdade, através dos aumentos de salários... quero saudar aqui o nosso Deputado Vicentinho, é por conta, inclusive, dessa recuperação, principalmente mais recente, no aumento do salário e a baixa variação dos preços e alimentos e, também, a carga tributária, principalmente sobre o feijão, sobre a farinha e sobre o arroz; e aí a nossa reivindicação que haja também uma redução tributária sobre os outros índices da cesta básica.

Então aponta aí um crescimento, praticamente dobrou, com essa política de recuperação, com esse aumento de salário que nós tivemos agora há pouco, eu quero fazer um registro aqui, Vicentinho, ao grande empenho, Paulo Paim, além da luta dos movimentos das Centrais Sindicais, dos movimentos organizados, eu quero fazer um registro aqui da importância e do papel que teve o Ministro Luiz Marinho nesse processo negocial. Foi importante, acho que nós estabelecemos uma das maiores negociações que abrangeu uma grande, uma imensa quantidade de trabalhadores nesse Brasil.

Nós estamos, no CONSEA, discutindo com os vários segmentos, a elaboração de uma política de longo prazo para o Salário Mínimo que, pela qualidade dos Deputados que estão nessa Comissão, companheiro Vicentinho, pelo empenho que hoje aquela Comissão quadripartite, que foi formada também, nós defendemos, efetivamente, eu acho que, com diferença de algumas propostas, defendemos uma política para discussões nas referidas Comissões. Definir o conceito de Salário Mínimo necessário a partir de uma pesquisa de orçamento familiar específica para os trabalhadores que ganham próximo ao Salário Mínimo.

Dois, fixar um prazo em que, esse Salário Mínimo necessário, seja alcançado.

Três, acordar que a política de recuperação do mínimo deva levar em conta, anualmente, a inflação e um percentual a mais do que a simples produtividade média da economia, o PIB per capita. Isso para que haja uma efetiva distribuição de renda em favor dos mais pobres.

Quarto, definir uma política para desoneração tributária e de redução dos itens de maior peso no orçamento de uma família que recebe próximo ao Salário Mínimo. Aí eu dei já o exemplo da cesta básica.

Sexto, elaborar uma pesquisa de custo de vida específica para os aposentados, com vista a verificar quais os gastos efetivos de um aposentado. E, com isso, aplicar uma política específica de redução de preços dos itens essenciais ao aposentado como é que caso do medicamento, como é que o caso de outras questões que, para os aposentados, como o próprio Paulo Paim tem colocado, tem um peso bem maior do que muitos trabalhadores.

Sétimo, fortalecer o aporte do Fundo de Participação dos Municípios para estabelecer a ajuda específica àqueles municípios que tiverem um determinado percentual de uma folha de pagamento, destinado ao

pagamento dos trabalhadores que recebem um Salário Mínimo. Essa destinação não poderá ser feita sem análise criteriosa das reais necessidades de pessoas e dos correspondentes gastos. O que nós apontamos com isso? É que existe, na verdade, uma grande quantidade de Prefeituras que não têm as condições de cumprir com os aumentos, tanto da reivindicação dos movimentos sociais, como, efetivamente, até de política que recupere e que diga até de ganho real.

Oitavo, discutir fontes de financiamento para política de valorização do Salário Mínimo. Estamos propondo a constituição de um imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas que a ser cobrado uma única vez deverá gerar um fundo financeiro que será, exclusivamente, canalizado para a política de valorização do Salário Mínimo. Mais na frente nós podemos apresentar essa proposta porque a grande justificativa, Paulo Paim, é que a Previdência não tem condição de fazer, de arcar com os aumentos e com a recuperação desses salários.

Esses itens podem vir a ser um bom ponto de partida para as discussões. A construção negociada de uma política de metas de longo prazo; longo, médio e curto prazo para tirar o Salário Mínimo da mesmice de sempre. Nós, até para facilitar, eu fui bastante rápido, para facilitar nós temos, aqui, a proposta que eu vou, também, passar de maneira rápida, acredito que os Deputados e os Senadores já o tenham, mas é importante a gente, aqui, fazer exatamente o debate. O imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas.

Considerando que é necessário construir um fundo para o programa de valorização do Salário Mínimo; considerando que a fonte da receita do Fundo deve ser de fácil entendimento; considerando que cerca de 30.000 famílias no Brasil, aliás, 300.000 famílias no Brasil, respondem por mais de 50% da riqueza do País, cujo patrimônio médio da família é de aproximadamente 2,2 milhões de dólares; considerando o Imposto sobre as Grandes Fortunas, IGF, já está previsto na Constituição Brasileira desde 1988, art. 153, Inciso VII, mas ainda não está regulamentado. Aí a importância dessa Casa, do Congresso Nacional, a debater sobre essa regulamentação, de aprofundar, pois demanda uma legislação complementar que existe *quorum* e uma maioria qualificada.

O IGF, considerando que o IGF, essa proposta que nós apresentamos, ela já foi adotada em diversos Países da Comunidade Européia, portanto, já foi provada, Paulo Paim, Deputado Jackson, ela já foi provada na Espanha, já foi provada na França, já foi provada na Dinamarca, em Luxemburgo, já foi, nos Países do Baixo, Bélgica, Grã-Bretanha, na Grécia, na Islândia, na Itália, em Portugal e outros mais, sob a denominação de formatos variados. O objetivo da medida também variou, desde o financiamento da dívida pública, até o combate à pobreza e à desigualdade social. Considerando também que, no Brasil, alguns projetos importantes que instituem o IGF tramitaram ou tramita no Congresso Nacional, entre os quais o Projeto de Lei Complementar PLP nº 202/1989 do Senador Fernando Henrique Cardoso e os projetos a ele, apesar dos PLP 108/1989 do Deputado Juarez Marcos Batista, da PLP 2008 do ex-Deputado Antônio Mariz, da Paraíba, do PLP 218/1990, do Poder Executivo, do PLP 268/1990 do Deputado Ivo César

Zino(F) cujo Parecer incorpora a Emenda Substitutiva do Deputado Aloizio Mercadante e está pronto para a Ordem do Dia desde o dia 06/02/2000. Foram... e também tem outros que foram arquivados nos termos do art. 105 do Regimento Interno, o PLP 70/1991 do Deputado Mavíael Cavalcanti, do PLP 77/1991 e do Deputado Wilson Campos e o PLP 193/1994 do Deputado Ernesto Gradela. Então esses, esses importantes debates já foram trazidos para essa Casa através de Projeto de Lei, alguns até podendo ser retomados e fazer, também, como aconteceu nesses outros Países.

O IGF já foi também, inclusive, objeto de proposição do próprio Partido dos Trabalhadores na forma de Substitutivo à proposta de Emenda Constitucional nº 175/1995 sobre a Reforma Tributária e assinada em 1998 entre outros, pelo atual Ministro da Fazenda então Deputado Antônio Palocci. Portanto, Deputados, Senadores, nós temos aí um instrumento bastante capaz, de diversos partidos, que pode, efetivamente, fazer com que nós tenhamos um aumento de Salário Mínimo condizente, que recupere e que dê dignidade ao nosso povo, através desse Imposto das Grandes Fortunas que está adormecido nessa Casa, adormecido no País, é preciso que a gente tome uma posição enérgica, independente da cor partidária. Eu acho que é importante isso e a sociedade clama muito por isso. Além disso, a cada projeto tem uma definição de fortuna. Forma de taxação, possibilidade de exoneração e periodicidade da cobrança, entre outros.

No Brasil o imposto sobre o patrimônio grava, principalmente, a propriedade imobiliária, isto é, IPTU, ITR, ITPI e as propriedades de veículos automotivos, IPVA, deixando de lado outros itens importantes, como as ações e participações, metais e pedras preciosas, animais e obras de arte, entre outros. Considerando também que o IGF grava, principalmente, o patrimônio acumulado e não o fluxo de riqueza como é o caso do Imposto de Renda, que pega uma grande quantidade, uma imensa quantidade de quem realmente está produzindo, por conseqüente, o IGF pode ser visto como um imposto complementar ao Imposto de Renda, considerando, também, que apesar do esforço anteriormente, o cenário é bastante desfavorável para a criação de mais um imposto no Brasil, tendo em vista o forte crescimento da carga tributária no Brasil.

Na última década, que passou, 28% em média, em 1994, pulando para cerca de 37% hoje. Por isso o novo imposto deveria ser temporário e com a finalidade bastante clara. Quero saudar o Deputado Walter Barelli que também, honrosamente, participa dessa Comissão. Tal como no Imposto sobre Herança defendemos que o Imposto sobre as Grandes Fortunas seja aplicado em programas sociais, para as camadas de baixa renda, vinculada, essa receita, às despesas relativas a esses programas, a partir dos programas-orçamentos. Propomos a criação do Imposto de Solidariedade sobre Grandes Fortunas, que deve incidir de uma única vez sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas e jurídicas, de todo o valor superior, respectivamente, de 2 milhões e 400 mil a 8 mil Salários Mínimos Nacionais.

O que propomos é que a determinação do valor tributável tome, como base, a declaração anual do rendimento, que também os bens patrimoniais, imobiliários e mobiliários seja avaliado pelos seus valores correntes no mercado. Então são essas... o quarto, também, que a gente coloca, que a

criação de um intervalo de alíquota de forma que os maiores patrimônios sejam gravados como a alíquota mais elevada, sendo que as alíquotas médias deverão ser de 1,5%.

Estima-se aí, Senador Paulo Paim, uma arrecadação de 23,8 bilhões. Isso já daria para a gente ter, efetivamente, uma garantia de uma recuperação gradativa do Salário, ao ponto de fazer valer a Constituição Federal. Que essa arrecadação seja, integralmente, aplicada na política de valorização do Salário Mínimo. Que o Salário Mínimo tenha um aumento real anual de 8,9% mais a taxa de inflação, que o orçamento da União garanta 3% desse aumento real, a título do PIB per capita. E que o IGF seja utilizado, gradualmente, na elevação do Salário Mínimo, com vista a evitar efeitos indesejáveis como o aumento de preços.

Nesse caso, o IGF poderia contribuir, até 2012, complementando o valor necessário para viabilizar o referido aumento real do Salário. O art. 105, finda a Legislação, arquiva-se todas as proposições, enfim. São esses, Deputados, Senadores, o debate que nós estamos fazendo no interior do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Não é uma proposta fechada do Conselho, evidente que nós precisamos estar aprofundando isso. Mas temos o entendimento claro de que, pelos fundamentos de criação do próprio Salário Mínimo, ela já estabelece esse direito, na prática. Ele estabelece esse direito de ofício, mas não estabelece na prática.

E é exatamente com essa recuperação de salário, com essa política que eu acredito muito, Deputado Walter Barelli, que a gente possa, efetivamente, construir e que essa Casa, realmente, possa trazer em pauta todos esses itens, independente, como já disse, das facções partidárias, das tendências partidárias, das ideologias, mas que a gente possa pensar no Brasil para os brasileiros, que mais de 80% depende, exclusivamente, do Salário Mínimo e que, lamentavelmente, sofrem, padecem, porque o Salário Mínimo não cumpre o seu papel na Carta Magna no País. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE):

Iniciamos nos debates. Eu quero, nesse momento, passar a palavra à nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada Sr. Presidente, cumprimento, também, a todos os componentes da Mesa, o convidado do dia de hoje, Sr. José de Arimatéia. Eu quero cumprimentar o CONSEA porque eu não imaginava que o CONSEA estaria discutindo questões tão importantes como essas relativas ao Salário Mínimo. Para mim, o CONSEA debatia Bolsa Família, debatia uma série de propagandas e não se preocupava com uma política, como o Senhor mesmo a qualifica, uma das mais importantes políticas sociais desse País.

Então, é uma grata satisfação a gente saber que o CONSEA está preocupado, efetivamente, com esse debate e travando uma discussão, pelo que nós percebemos de sua explanação, uma discussão de alto nível. Eu acho que o Senhor foi um dos poucos que chegou aqui e não apenas falou a opinião do CONSEA, mas trouxe propostas concretas, importantes, que

cabará nós outros discutirmos e debatermos. 8.9, Senador Paulo Paim, de aumento real, mais a inflação é o que propõe o CONSEA.

Olha só, a proposta ousada, interessante, que nós vamos ter que lançar mão de alguma receita se a gente quiser que uma proposta mais efetiva, ousada, como essa vigore, a gente tem debatido aqui, nós vamos ter que trabalhar sobre as receitas também, vamos ter que dar alternativas aos Municípios e ao próprio Poder Público Federal, vamos ter que apresentar alternativas. Não basta apenas a gente falar de forma genérica da necessidade da economia crescer, isso é importante, fundamental, imprescindível, mas quem sabe uma receita como os Senhores colocam.

Então eu parablenzo os debates que vêm sendo travados pelo CONSEA. E, em relação a essas políticas compensatórias, eu acho que a minha opinião não difere da opinião de V. S^a., da opinião de Ss. Exas., os meus colegas parlamentares; o programa Fome Zero é um programa necessário no País. Não precisa o Jackson Barreto dar o exemplo somente do Estado do Sergipe, porque esse exemplo está no Brasil todo. São Paulo do ponto de vista de número, não digo proporcional, mas de número é um Estado dos que mais recebe recursos desse programa Bolsa Família. É o Estado mais desenvolvido, é o que detém quase 50% do PIB do País. Mas a concentração de renda é tamanha, a miséria está tão espalhada, que são programas importantes.

Agora, o nosso objetivo e é por isso que eu cumprimento CONSEA, um Conselho importante como esse de Segurança Alimentar, porque ele não se resume a debater essa política que ele próprio sabe que é uma política momentânea, é uma política temporal. As políticas compensatórias não devem ser políticas permanentes, elas devem ser vistas e encaradas como políticas temporais, que elas têm data para começar e nós temos que, se não determinar o seu encerramento, mas ir trabalhando para que a data do seu encerramento, do seu fim, seja a mais próxima possível. Agora, para isso nós temos que dar a segurança que a pessoa, o trabalhador, a pessoa, a brasileira, o brasileiro necessita através desses programas. Então acho que ficou aqui um rico, um conjunto de ricas sugestões para todos nós. Eu para concluir, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, destacar na presença do CONSEA, do representante do Conselho de que V. Ex^a. já falou, Presidente Jackson, do nosso compromisso e interesse em debater, também aqui, a política para os aposentados. Mas pelo jeito, nós temos, também, que travar um outro debate, eu acho que encontrarmos mecanismos para fazer cumprir, nesse País, a política que não permita o crescimento das diferenciações salariais.

Olha, o Tribunal de Minas Gerais, o TJM de greve porque não quer cumprir determinações do Conselho Nacional de Justiça, entre elas a do teto, que foi aprovado pelo Congresso Nacional ano passado. Eu mesmo fui contra, Deputado Paulo Paim; V. Ex^a. não estava mais na Comissão de Trabalho, foi lá o Presidente Nelson Jobim, eu fui uma das poucas a falar contra isso. Mas ele acabou convencendo o parlamento brasileiro e não a Câmara nem a Comissão de Trabalho, mas o parlamento brasileiro, que dizia que aquela lei era indispensável para fazer cumprir o teto nesse País, o teto da remuneração, da remuneração salarial. Eu acho que não precisa. Acho

que a Constituição está lá, e já é aplicável, mas enfim, foi aprovado, o teto passou, retroativo a janeiro, para R\$ 24.500,00 e Desembargador achando que é muito pouco isso. Então eu acho que nós vamos ter que enfrentar esse problema também no nosso relatório, Senador Paim. Nossa obrigação, nosso dever daqui para frente é diminuir esse fosso que tem entre o menor e o maior salário, que é cada vez maior. A pirâmide cada vez maior. Dados que V. S^a. apresenta ali, 300.000 famílias, a quantidade média de patrimônio disso? Enfim, então seriam essas as minhas colocações, Sr. Presidente, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Vicentinho.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Nobre Deputado Jackson Barreto, nobre Vice-Presidente Walter Barelli, nosso Senador Paulo Paim, especialmente ao nosso convidado, querido José de Arimatéia. Eu também gostaria de parabenizá-los por isso, porque o CONSEA é uma instituição oficial do Estado brasileiro e que lá participam todos os setores da sociedade e tem essa coragem de fazer um debate que é um debate realmente de quem pensa numa política de Estado para essa questão do Salário Mínimo.

Eu gostaria de informar aos Senhores que essa semana eu estive, sempre faço visita às fábricas, mas eu fui na Volkswagen falar com os trabalhadores, Senador Paulo Paim, a pressão por causa do Fator Previdenciário é gravíssima, é muito forte, o pessoal está lá angustiado, não querendo aposentar, mas tendo que aposentar e tendo essa frustração. Por isso que eu quero aqui manifestar de público, inclusive, o meu apoio ao seu projeto. Eu fui entrar com o projeto e vi que V. Ex^a. já tinha, então fiquei mais feliz e quero colocar isso. E também debater com os nossos companheiros trabalhadores, às vezes, por exemplo, a política de reajuste do salário para quem ganha mais do que o Salário Mínimo que a gente não quer que se desvincule, mas nesse caso, com a participação do companheiro Luiz Marinho, como fator decisivo, unificador das Centrais e do acordo, a opção foi valorizar o Salário Mínimo que é uma base.

Vai chegar um dia, que se a gente continuar valorizando o Salário Mínimo como a gente quer, certamente não dá para ter como fator o Salário Mínimo para o reajuste do aposentado. Porque, digamos assim, se o aposentado ganha dez Salários Mínimos e o Salário Mínimo passa a R\$ 1.000,00 ele passaria a R\$ 10.000,00, é claro que significa um aumento substancial. Mas é preciso ter algum mecanismo que garanta a ele, daí a questão das Cestas Básicas, garanta a ele a manutenção do seu poder aquisitivo. Acho que isso uma coisa importante, vamos refletir sem desvincular, mas pensar nisso se é correto, se eu estou falando a verdade, se estou certo quando todos nós, aqui, nos debruçamos para ter uma política de Salário Mínimo que, de fato, recupere seu poder aquisitivo. Senão é perigoso pensar nisso, mas se for vamos pensar.

Eu só queria dizer a José de Arimatéia, que, olha, é uma proposta completa, se faltar o subsídio para nós aqui, nobre Senador, eu acho que fechou. Já vieram aqui vários segmentos, alguns apresentaram propostas, para nossa felicidade as Centrais Sindicais apresentaram propostas

concretas também. O segmento ligado ao patronato, muito reclamou mas não apresentou propostas concretas. Outros têm apresentado diagnósticos importantes e agora, para mim, veio a calhar esse estudo, essa proposta, esse encaminhamento. Porque nós sabemos que, para poder, você, melhorar a condição dos debaixo, como não existe milagre, alguém que está ganhando soberbamente, precisa contribuir. Por isso que eu quero dizer que eu vou buscar muito mais isso aí e juntos a gente terá condição de fazer um belo de projeto, obrigado Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o nobre Vice-Presidente da Comissão, Deputado Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Sr. Presidente, Deputado Jackson Barreto, Sr. Relator, Senador Paim, Senhora Deputada, Senhor Deputado, Senhoras e Senhores. O CONSEA do qual, na Sessão Paulista eu sou o Secretário Geral, ele é um organismo transversal para pensar a situação geral da população, partindo da definição, como foi dada aqui pelo Arimatéia, para se cumprir o direito humano da alimentação.

Eu me atrasei porque, na hora que eu estava saindo, chegou uma delegação de Ourinhos, enquanto eu atendia, eu perdi grande parte da exposição, mas recuperei com suas notas e gostei muito do que foi apresentado, concordo com a Vanessa e com o Vicentinho sobre o que eles falaram. O CONSEA está apresentando, efetivamente, coisas importantes para consideração desta Comissão.

Agora, eu quero fazer uma observação na mesma direção. O Imposto de Grandes Fortunas, que seria a base da contribuição para um fundo de valorização do Salário Mínimo, que teria, pelo que eu li, vigência restrita no tempo, da maneira ou pelo menos o fundo, porque nós gostaríamos de definir um prazo em que o Salário Mínimo alcançasse os valores que esta Comissão definiria como digno para o cumprimento das necessidades do trabalhador e sua família. E na sua exposição, está mostrado que aumentar imposto hoje é um momento muito complicado, principalmente porque houve; nós hoje temos uma tributação equivalente a países escandinavos, enquanto temos serviços sofríveis. Não diria latino-americanos, mas próximos, em determinados setores, a de países africanos. Mas há a necessidade de se falar nisso.

Essa Comissão, ela representa um consenso da Câmara e do Senado, de que está na hora de valorizar o Salário Mínimo. Já é uma posição, também aqui manifesta, das Centrais Sindicais, que nos seus depoimentos falaram sobre isso, dos aposentados que querem mais, querem também a correção dos vencimentos daquele um terço dos aposentados que ganham um pouco acima do Salário Mínimo. E assim por diante, os demais que aqui depuseram, na semana passada, o depoimento do DIEESE, do DIAP foi importante para trazer informações.

Agora, queria chamar atenção, inclusive pedir nos ajudar, porque o seu depoimento eu considero, como meus colegas, muito importante, o que nós estamos buscando é exatamente um Imposto de Solidariedade. O que nós estamos buscando, os representantes do povo acreditam na necessidade

de que o Salário Mínimo precisa ser valorizado. As Centrais Sindicais também, o CONSEA também. O CONSEA até aponta caminhos. Agora, nós precisamos sair numa campanha de opinião pública para que os detentores das grandes fortunas sejam conscientes desse tipo de necessidade de contribuição. No relatório que foi apresentado, nós vemos que a primeira proposta de Imposto das Grandes Fortunas foi feita pelo Fernando Henrique Cardoso, depois sofreu emendas de diversos Deputados, diversos parlamentares, terminou pelo relatório do Ernesto Gradela que era do PSTU. Então passou pela Câmara, tem vários depoimentos. Ou seja, todos os que se manifestaram, se manifestaram a favor; agora, lei ela só pega se for uma lei que a população esteja convencida.

Então eu acredito que nós precisamos e essa Comissão vai começar a fazer isso, fazer visitas aos Estados, sair de Brasília, porque nós precisamos convencer a sociedade de que o que nós estamos fazendo é um critério de justiça, é uma necessidade em termos da nossa Constituição, é uma solução de muitos dos problemas que a população pobre enfrenta, mas vai precisar de clareza para que não seja esmola. Que uma parte daquilo que foi acumulado, foi acumulado pagando salários mínimos baixíssimos nesse período. Muitas dessas fortunas elas são de origem recentes. As fortunas antigas lá de 40, quando foi constituído o Salário Mínimo, é só pensar em Pignataris, em Simonsens, em Matarazzos, essas famílias não são mais as campeãs da riqueza no Brasil. Não são mais os multimilionários. Surgiram outros que foram crescendo, é só pegar relação das 1000 maiores fortunas no mundo e vamos encontrar, no último relatório, vários brasileiros estando nesse ranking.

Então, é uma conclamação que eu estou fazendo, nós precisamos sair e buscar, também, desse lado da sociedade, que é pequeno, não vai, sequer, acho que ceder os anéis, mas vai ter que compreender que é preciso que nós tenhamos uma nova visão, uma visão de solidariedade e que essa Comissão, conjunta do Senado e da Câmara, busca exatamente isso. E é possível ter os recursos sem serem inflacionários, sem ser considerado um absurdo aumento de impostos. É possível nós termos os recursos necessários.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, nosso Relator.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nossa Presidência, Deputado Jackson Barreto, nosso Vice-Presidente, companheiro Barelli, nossos Deputados aqui, companheiro Vicentinho e a Vanessa. E nosso amigo e convidado aqui do CONSEA, José de Arimatéia Rodrigues, isso, França sumiu daqui. Mas eu te chamo mais de José Rodrigues, dos velhos tempos de luta. Mas companheiro Vicentinho, você me, ao fazer sua fala, você lembrou o Fator Previdenciário.

Eu, de fato, considero o maior crime que se cometeu contra a classe trabalhadora, o Fator Previdenciário. Não importa a origem, importa que tem que ser mudado. Ele é tão grave que, quando aconteceu o fato, os trabalhadores viam falar, Fator Previdenciário. Não diz nada. Agora, quando chegou na época de se aposentar, é que eles estão percebendo. Eu dei um

exemplo que eu considero, que é bem ilustrativo. Quem ganha 24, 25 mil reais, que é o caso dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, porque não aplica neles o Fator Previdenciário? Neles não aplica. Os altos salários não são atingidos. Quem ganha de sete salários mínimos para baixo, porque ninguém ganha dez, essa historia de dez já virou papo furado, é seis ou sete o máximo que alguém ganha da Previdência.

E se pegar na última década, mais ou menos isso, esses aplicam, os outros ninguém aplica. Por que os Fundos de Pensão privados não aplicam o Fator Previdenciário? Não aplicam porque não são bobos. Se eles aplicarem, ninguém vai para o Fundo de Pensão privado. Ou vai ir? Se sabendo que, se ele for para lá, ele coloca o dinheiro e, no ato da aposentadoria, ele tem um redutor de até 30% o homem e 35% a mulher. Vejam bem a gravidade dos fatos. Esse exemplo para mim é claro, teve especialista que disse que dá até mais. Mas o cidadão que iria se aposentar com R\$ 2.000,00 tira 30%, ele vai para R\$ 1.400,00, olha o tamanho do prejuízo. Daquilo que ele teria de direito por tempo de contribuição, efetivamente contribuiu. Ora, a continuar assim e essa é a intenção, é a médio prazo, dizer, "Não, é melhor contribuir para a Previdência Privada, que daria mais que o resultado que está dando hoje, a forma que aplicar o Fator Previdenciário".

Devido a isso é que o Senado aprovou por unanimidade. Foi para a Câmara, eu tenho muita esperança que lá, na Câmara, a gente possa mudar isso e, nem que se crie uma alternativa, que seja outra, não precisa ser, exatamente, aquilo que nós aprovamos aqui. Mas que tem terminar o tal do Fator Previdenciário, tem que terminar. Agora eu vou fazer uma segunda provocação e vou me dirigir aos quatro Deputados aqui.

Eu queria pedir aos Senhores, aos quatro Deputados, se possível, eu farei o meu papel aqui no Senado, que conversem com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo. Que dia é hoje? Dia 21. Quem é o culpado, olha bem o que eu vou dizer, quem é o culpado do Salário Mínimo ter chegado à Casa por Projeto de Lei? Essa Comissão. Foi essa Comissão que fez o apelo ao Ministro Marinho, que foi ao Presidente Lula, para que não encaminhasse para cá, por MP, o Salário Mínimo de R\$ 350,00. Presidente assim o fez, atendendo o pedido da Comissão.

E o que acontece? A Casa até o momento não votou, a Câmara não votou e conseqüentemente o Senado não votou. Nós, que criticamos tanto a Medida Provisória, vamos chegar no absurdo de dizer, "Presidente Lula, pelo amor de Deus, mande para nós uma MP sobre o Salário Mínimo". Desmoraliza a Casa. A Casa, digo Câmara e Senado. Por isso eu queria fazer um apelo aos Senhores, eu sei que os Senhores também estão preocupados. Se os Senhores pudessem, em nome da Comissão, não precisa os Senadores interferirem. Ir lá ou ir junto. Os Deputados, em nome da Comissão Mista, conversar com o Presidente Aldo, como colocar em Regime de Urgência. Vindo para o Senado, nós, eu me comprometo, nesse momento, nós nos comprometemos aqui, em votar em Regime de Urgência. A Câmara teria que votar essa semana e, à semana que vem, o Senado vota, porque seria um absurdo nós termos que pedir ao Presidente para mandar uma MP para definir essa questão. Porque essa, para mim, não é uma questão polêmica, já está praticamente consolidada, na sociedade e

muito bem aceita, a gente sente isso, quem viaja sabe. E todos nós estamos viajando pelo País. E o País sabe que foi um aumento relevante, importante e não precisa aqui repetir, o Vicentinho já falou, Vanessa e todos aqui falaram, que todos reconhecem, é o maior aumento das últimas duas décadas, no mínimo. Esse valor desse ano.

Então é inquestionável que o valor, é um valor que teve, foi assimilado pela a sociedade. Se foi assimilado por que não votar? Se nós tivéssemos uma briga no mérito do valor do Salário Mínimo, nós temos claro querendo ter uma política também de recuperação, como Vicentinho coloca muito bem, uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Mas são duas políticas; essa, do Salário Mínimo desse ano está definida. A política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e uma política permanente, nós haveremos de fazer.

Então essas duas questões, para mim, são importantes. Eu lhe confesso que vou fazer uma Questão de Ordem no Plenário questionando o Presidente do Senado. Eu farei a minha parte hoje aqui, mas tenho certeza de que o papel dos Senhores... E no mais eu quero, também, é cumprimentar o CONSEA pelo trabalho apresentado. Sem sombra de dúvida foi a proposta, eu acho, que mais concreta que chegou à Casa até o momento. Vocês falam aqui em 8.9 de aumento real, falam em 3% de aumento real baseado no orçamento... claro. Aponta a fonte de recurso, efetivamente, faz uma ligação com o PIB. Fala da inflação, que tem que estar assegurada e o aumento é real mesmo. Eu acho que muito interessante. Eu perguntava aqui para o nosso amigo, ele dizia que são em torno de 80 entidades, 82 entidades que compõem o CONSEA que elaboraram...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Algumas autoridades convidadas pelo Presidente da República, que trazem uma proposta que é viável e claro que eu estou convencido que é viável. Nos últimos dois anos do Presidente Lula que eu falo tanto a inflação mais o dobro do PIB, se pegar os últimos dois anos, eu repito esse dado porque eu acho que é interessante, foi concedida a inflação mais o dobro do PIB, até um pouquinho a mais eu diria e não deu impacto nenhum negativo na sociedade. Que corresponderia, se pagássemos e PIB de hoje mais ou menos esses 10%, 9% que estão colocando aqui de aumento real, de aumento real.

Bom, acho que a contribuição é muito grande, o Barelli, quero dizer o Barelli, o Jacques fez uma introdução na mesma linha na abertura, o Deputado Barelli também fez. Nós temos para ouvir aqui, no Fórum dessa Comissão, no Senado, nós já ouvimos todos os setores da Sociedade. Vamos ouvir o Ministro da Previdência, provavelmente, até o fim do mês. E depois vai para os Estados. A primeira é em Curitiba e a segunda em São Paulo a Audiência Pública, daí visitaremos outros oito Estados. E achamos, até, importante se o CONSEA pudesse, também, ir conosco, seria muito importante, pelo acúmulo que já tem o representante do CONSEA, participando das Audiências nos Estados, numa política de encontro como foi dito muito bem aqui. Muitos achavam que nós íamos fazer desse espaço, um espaço de embate político-partidário. Quem pensava assim quebrou a cara.

Todos nós aqui só temos um objetivo: construir uma política permanente de recuperação do Salário Mínimo e, também, dos benefícios dos aposentados e pensionistas, dentro do debate adequado que haveremos de construir.

Eu diria, eu, mais do que fazer perguntas, eu quero deixar esse convite ao CONSEA, da importância de um representante do CONSEA acompanhar a Comissão nos debates dos Estados e fazer, inclusive, a sua exposição lá que vai ajudar muito. E quero só concluir, a todos os Deputados presentes, e ao nosso amigo José Rodrigues, que o Relatório que nós vamos construir não será o Relatório do Relator, nós queremos construir, escrever junto e aprovar aquilo que seja consenso aqui, de toda essa Comissão.

Por isso meus cumprimentos ao CONSEA, tenho certeza que haveremos de caminhar junto e eu saio convencido, independente de ser ano de eleição, nós teremos esse ano uma política definitiva de valorização do Salário Mínimo e de recuperação dos benefícios que será construída entre o Legislativo e o próprio Executivo representado, nesse caso, pelo CONSEA e a contribuição que os Ministros darão e ninguém poderá negar a homenagem justa que você fez, o papel do Ministro Marinho nessa mediação. Minha parte é essa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos cumprimentar aqui o Dr. José de Arimatéia e quero aqui reafirmar as palavras da Deputada Vanessa Grazziotin, do Deputado Vicentinho, do nosso grande companheiro Barelli e do nosso Senador Paulo Paim, um estudioso da questão do Salário Mínimo nesse País, dizer de forma concreta e até insistir naquilo que já foi aqui colocado, diversas sugestões foram aqui feitas a nossa Comissão e nos surpreendeu, na tarde de hoje, acho até, Dr. José de Arimatéia, para V. S^a. que tem um nome bíblico tão importante, essa proposta, sem dúvida alguma, despertou a atenção e a curiosidade de todos nós. Foi uma proposta forte, foi uma proposta interessante, foi uma proposta nova, o Imposto de Grandes Fortunas, o IGF, na discussão da política permanente de Salário Mínimo, como um elemento a fazer parte dessa condução, da busca da recuperação do Salário. Eu acho que só para quem está motivado, como V. S^a. com a Bíblia, poderia trazer um elemento tão forte, tão importante para essa nossa discussão. Porque aqui nós já discutimos diversas propostas, inclusive a proposta do PIB, do aumento do PIB e outras propostas diferenciadas. Mas, sem dúvida alguma, essa do IGF foi uma grande revelação que o CONSEA trouxe para o seio da nossa Comissão.

Eu quero parabenizar V. S^a. pela proposta do CONSEA, que foi o fato novo para todos nós, interessante, importante e, ao mesmo tempo aqui, acatar a sugestão do Senador Paulo Paim, de que agora, ao sairmos aqui dessa Comissão eu, o Deputado Vicentinho, a Deputada Vanessa Grazziotin, uma Deputada permanente, uma Deputada eficiente dessa Comissão ao lado de Deputado Vicentinho e do nosso companheiro Deputado Barelli, para irmos, juntos, ao gabinete do Presidente da Câmara porque a nossa responsabilidade é muito grande perante o País.

O Senador Paulo Paim tem toda razão, foi essa Comissão quem pediu ao Ministro Marinho que o aumento do Salário Mínimo não viesse por Medida

Provisória, mas que fosse através de um Projeto de Lei e o Ministro atendeu o apelo dessa Comissão... Pois não.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sr. Presidente, na Reunião da semana, a Reunião dos Colégios de Líderes, eu fui representante da liderança do meu partido e o Projeto de Lei do Salário Mínimo foi pautado, o Presidente Aldo Rebelo falou dele. Então eu imaginei que ele já estaria, então ele está na pauta, eu imaginei que ele estaria na Ordem do Dia para essa semana; infelizmente, eu olho, agora, a Ordem do Dia e não está na Ordem do Dia dessa semana, então, ele está pautado, já foi relatado pelo Presidente Aldo Rebelo semana passada, mas não está. Então eu acho, concordo, quero me colocar à disposição.

E sobre a observação minha, eu posso, presente eu sei que sou, V. Ex^a. pode dizer que eu sou uma parlamentar muito presente nessa Comissão, ao de lado de todos os Senhores que estão aqui também.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Então eu acho muito grave essa questão do Projeto do Salário Mínimo, até porque, como disse aqui o Senador Paulo Paim, nós vamos ter tempo para apreciação na Câmara, para o Senado, sanção, promulgação, o Salário Mínimo entra em vigor a partir do mês de abril, foi antecipado para o mês de abril.

Então, eu quero, nesse momento, acatar a sugestão do Senador Paulo Paim, convoco os companheiros, tão logo saíamos daqui, para irmos ao Gabinete do Deputado Aldo Rebelo, solicitar, ao nosso ilustre companheiro, que possa inserir o Projeto na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados. Quero, aqui, agradecer a presença do Dr. José de Arimatéia Rodrigues, declaro encerrada a 11^a Reunião da Comissão Mista do Salário Mínimo, convoco a próxima Reunião para o dia 28 de março à mesma hora, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 15h42